



Cristina Ponte (Universidade Nova de Lisboa, Portugal)

IMAGENS DE CRIANÇAS NA IMPRENSA DE INFORMAÇÃO GERAL¹

Resumo:

Esta comunicação dá conta de tendências da cobertura jornalística de crianças na imprensa de informação geral de vários países do mundo (Portugal, Brasil, Estados Unidos, Reino Unido, Tailândia, Paquistão, entre outros). Aprecia a presença de crianças em imagens fotográficas, em matérias com elas directamente relacionadas ou não, e caracteriza a apresentação das crianças como *vítimas*, traço dominante da sua cobertura nos jornais. Mostra assim que esta cobertura, relativamente pouco estudada e marcada por factores emocionais e etnocêntricos, não existe ‘fora’ do mundo económico, político e social e que tem crescido com o aumento das pressões de mercado. Questões deontológicas e organizacionais são aqui enquadradas, e valorizada a intervenção de profissionais e de organizações não-governamentais neste campo noticioso.

Palavras-chave: jornalismo, valores-notícia, crianças

Introdução

Falar sobre crianças não é apenas falar sobre crianças em sentido literal. Elas são uma sinédoque sobre o futuro do país, o bem estar político e social de uma cultura. As estórias sobre crianças são sentimentais. Recorrem aos mesmos ganchos emocionais dos filmes melodramáticos. Levam os adultos a agir. A imagem de uma criança em perigo é um ‘isco’ perfeito, tão forte que impede o pensamento racional. As crianças acentuam a dramaticidade de uma causa ao ser contrastada a sua inocência com a malevolência (ou talvez apenas a banal hostilidade) de adultos com poder. Por fim, o foco nas crianças serve uma função logística. Uma vez que há crianças em todo o mundo, estão sempre disponíveis, e depressa, para servirem de ‘cabide noticioso’. Susan Moeller (2002)

A presença de crianças nos jornais de informação geral dá continuidade à expressão vitoriana de que são mais para serem *vistas* do que *ouvidas*, silenciadas que são as suas vozes por contraste com a frequência com que aparecem os seus corpos. Esta comunicação incide sobre imagens de crianças aí apresentadas: imagens fotográficas e imagens simbólicas da *criança vítima*, constituintes dominantes do noticiário afectando os mais novos.

¹ Trabalho apresentado no NP02 – Núcleo de Pesquisa Jornalismo, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/BA, 04 e 05. setembro.2002.



Durante décadas praticamente ausentes do noticiário de informação geral (ou quase que só associadas a situações do insólito), a maior visibilidade dos mais novos na imprensa actual decorrerá de dois fenómenos recentes. Um é a viragem para um jornalismo de maior proximidade com os leitores, a partir dos anos 80, no contexto do crescente comercialismo nos media, traduzido por maior ênfase em temas de ‘interesse humano’ e de âmbito local, que acompanhou a redução dos campos tradicionalmente privilegiados da política, economia e relações internacionais. Outro será a maior visibilidade pública da situação da infância no mundo contemporâneo, suscitada não só pela Convenção dos Direitos da Criança, ratificada pela maioria dos países no início dos anos 90, mas também por problemas sociais e económicos decorrentes de fenómenos da globalização (como a maior visibilidade de redes de pedofilia e da exploração sexual comercial ou o crescimento dos ‘meninos de rua’).

Por outro lado, cresceram na última década as organizações não-governamentais no terreno e os debates públicos sobre a situação da infância pensada agora num contexto mais social e político. Entre outros, destacamos a inscrição da sua cobertura jornalística como tema de reflexão pela Federação Internacional de Jornalistas (FIJ), envolvendo aspectos deontológicos, e o trabalho de sensibilização de jornalistas por parte da agência brasileira ANDI, que procura nomeadamente influenciar o tratamento jornalístico de crianças em situação de risco social e que a cobertura noticiosa não incida apenas na ‘denúncia de situações’ e contenha também ‘busca de soluções’ (ANDI, 1999, 2000).

Entre o sensacionalismo crescente e a maior visibilidade pública situa-se o desafio de como informar sobre os mais novos com sensibilidade, rigor e sentido ético.

Também nas investigações sobre os media noticiosos, este tema começa a estar presente, cruzando olhares de vários pontos do planeta, do ‘mundo minoritário’ composto pelos países mais ricos (Estados Unidos, Europa Ocidental) ao ‘mundo maioritário’. Como noutras coberturas, *quem aparece e como aparece* nas notícias não é isolável da variável geo-política marcada pelo etnocentrismo traduzido do ponto de vista ocidental entre ‘as nossas crianças’ e ‘as outras’ (Ponte 2002a).



Decorrente de uma pesquisa longitudinal mais vasta sobre a noticiabilidade da infância nos jornais portugueses de informação geral (Ponte, 2002b), esta comunicação apresenta uma revisão de estudos sobre este tema. No contexto deste núcleo de pesquisa, procura assim contribuir para o debate sobre o jornalismo como discurso de mediação, sobre as mudanças que se vêm a registar nos últimos anos, as questões éticas, deontológicas e organizacionais que atravessam e marcam esta profissão.

4 A criança em imagens

Folheando as páginas dos jornais, não é difícil deparar com imagens de crianças, em peças com elas directamente relacionadas ou cobrindo temas mais vastos, como cenários de guerra ou de catástrofes naturais.

Em imagens de peças directamente relacionadas com crianças na imprensa britânica, Patricia Holland (1992) observa que certos temas (família, consumos, educação) são tanto mais significativos quanto evidenciam a ausência de outros, como a *criança trabalhadora*, realidade forte nesse país. Constata também a ausência da criança em relação social para além das relações de pares ou familiares, e ainda mudanças recentes dos espaços de infância: a clausura das crianças em espaços de interior, institucionalizados (a casa, o centro de tempos livres, a escola), por contraste com a sua ausência dos espaços abertos como jardins públicos ou do bairro, ainda presentes em imagens dos anos 70.

Também encontrámos esta tendência no nosso estudo longitudinal sobre a imprensa portuguesa em 2000 onde, ao contrário do verificado em 1985, 1990 e 1995, a maioria das imagens reporta cenários de interior (56,3%). Nestas imagens, são ainda dominantes crianças brancas (68%), mais rapazes (48,5%) que raparigas ou situações mistas, e crianças de ‘classe média’ (65,6%). Serão sobretudo ‘as nossas crianças’, mais próximas do leitor consumidor do jornal.

O contraste acentua-se na imprensa ocidental na confrontação com as *outras*, de geografias e posições sociais distantes. Ainda que apareçam menos nas imagens, são as que não gozam do estatuto de ‘felicidade natural’, as *crianças infelizes*, as que mais carregam os valores da negatividade. Aí encontramos aquilo que mais define as características da infância: dependência e falta de poder.



Crianças que vivem em ambientes de pobreza, sem satisfação das suas necessidades básicas, crianças vítimas de guerras ou de desastres naturais, fornecem as imagens mais dramáticas e mais solicitadoras da compaixão do leitor. São ‘as melhores vítimas’ porque as mais desprovidas de capacidade de reagir. E quanto de mais longeviverem mais correspondem a esse lugar. Escreve Holland a propósito de imagens mediáticas frequentemente promovidas por organizações não governamentais e do olhar etnocêntrico em que são construídas:

O sofrimento do Terceiro Mundo proporciona [aos países desenvolvidos] um certo sentido de conforto, recordando-nos que temos poder para ajudar outros. Esse poder é confirmado pelo olhar apelativo de uma criança, cuidadosamente seleccionada de maneira a que não nos faça vacilar da nossa posição. Essas crianças que nos apresentam não são refugiados que procuram entrar nas nossas fronteiras, não são guerrilheiros armados causadores de perturbação internacional, não têm marcas de doença que as tornem fisicamente repelentes. O seu ar miserável e submisso assegura a nossa compaixão e ajuda a que decidamos contribuir. Ao olharmos essas crianças, reconhecemo-nos como adultos e habitantes do Ocidente.

No ocidente, o aumento das redes e da circulação de informação impressa e televisiva, a partir dos anos 70, tornou mais públicas situações de conflitos distantes, a fome e a seca, os desastres naturais. Nos processos de decisão que envolvem a escolha de imagens fortes (e que podem assegurar estatuto e glória ao seu autor e ao meio onde trabalha) para a primeira página ou para os ecrãs dos jornais televisivos tem particular ‘valor’ o critério da intensidade dramática. A criança metonímia do sofrimento de uma população (a criança bandeira) está no centro, por vezes integrando outra figura de fragilidade, a da mulher-mãe que a embala e consola. Ambas contrastam com a quase invisibilidade dos homens como vítimas nas fotografias de catástrofes naturais.

Diplomatas, organizações não governamentais e os media conhecem bem estes códigos. Vejamos as palavras de Charlie MacComarck, dirigente da Save the Children, para a escolha de uma imagem forte de criança para uma campanha de fundos (apud Moeller, 2002: 50). As crianças pensadas para essas imagens têm 5, 6, 7 anos. Andam por essa idade. Mais novos do que isso e [acreditam os doadores] os pais devem tomar



conta deles – ou o que precisam não é de apoio financeiro mas de alimentos. Mais velhos e as pessoas acham que já são autônomos, capazes de tomarem conta de si. A minha impressão [sobre o que funciona melhor] é uma criança gira e genérica em termos de etnicidade ou gênero. Pode ser uma rapariga, mas pode ser uma criança indonésia, com uma aparência não muito acentuada de rapaz ou de rapariga, de 6 ou 7 anos. Penso que há um motivo para isso. Penso que as pessoas precisam de uma imagem genérica. Quando a imagem é muito específica, para muitos o caso torna-se muito específico. Outro ponto central são os olhos. Mais do que o resto, é preciso que a criança nos esteja a olhar.

Por contraste com as crianças vítimas e desprotegidas, raramente é dada a conhecer nos media ocidentais a autonomia e a resistência de crianças que vivem em condições diferentes do ‘ideal ocidental de infância’, a sua capacidade para cuidarem de si, o cruzamento que fazem de papéis (entre o cuidar de irmãos mais novos e o brincar com eles, por exemplo), o seu sentido da responsabilidade e capacidade de sobrevivência, ou quando tal é feito, frequentemente o é em termos de tragédia ou de ameaça.

A representação etnocêntrica do ocidente marca a sua leitura do mundo próximo e distante e das crianças que os povoam e não existe ‘fora do mercado’. Constatamos o cruzamento da noticiabilidade do sofrimento dos outros com a mobilização de poderosas indústrias de comunicação, cruzando solidariedade com entretenimento e informação e de que são exemplos as mega-iniciativas mediáticas dos anos 80 e 90. Manifestação do cruzamento desse sentimentalismo compassivo com estratégias de marketing de afectos e de produção mediática de grandes eventos por parte das indústrias discográfica e audiovisual foi a sucessão de megaconcertos de apoio de fundos para crianças do Terceiro Mundo, as *outras* crianças por excelência.

O primeiro megaconcerto de solidariedade teve como destinatários as crianças do Bangladesh, em 1971 dando origem no ano seguinte a um filme e a um triplo álbum. Em 1984 o álbum de Natal ‘*Do they know it’s Christmas*’ vendeu 13 milhões de exemplares só no Reino Unido e daria origem a um mega-concerto intercontinental em 1985 visto por 1,5 milhões de espectadores de todo o mundo (uma das maiores plateias



de sempre para escutar os cantores do top no momento). Nesse ano a canção colectiva *We are the world, we are the children* no âmbito da campanha *USA for Africa*, rendeu 15 milhões de contos e deu visibilidade a dezenas de artistas num *clip* que correu mundo. Seis anos mais tarde, escreve a investigadora norte-americana Susan Moeller (1999: 8-9), notícias da fome em África eram águas passadas: a fadiga compassional tinha-se instalado nessa matéria.

Em estudos que vem fazendo sobre a cobertura jornalística norte-americana de conflitos internacionais à luz do novo quadro geo-estratégico que se seguiu à Guerra Fria, Moeller (1999, 2002) mostra que a emergência das crianças nas notícias de conflitos não é descoincidente com a perda de referências estabilizadas sobre os ‘bons’ e os ‘maus’ que se sucedeu ao colapso do regime soviético e suas redes de influência. Quando os conflitos nos media se parecem cada vez menos com confrontações políticas e cada vez mais com batalhas brutais destituídas de ideologia, nada melhor do que recorrer a imagens dos mais fracos e inocentes: as crianças em perigo, imagens ‘transparentes no seu significado’. Foi o caso de Irma, a criança bósnia vítima das forças sérvias, em Sarajevo. Quando mais nova é a criança, melhor desempenha esse papel, numa ‘hierarquia de inocência’ que Moeller descreve nestes termos, relacionando essa construção com o olhar a partir do país, neste caso os Estados Unidos:

Encimada pelas vítimas mais inocentes, a hierarquia começa com bebés e inclui, por ordem descendente, crianças até aos 12 anos, mulheres grávidas, raparigas adolescentes, mulheres idosas, todas as outras mulheres, rapazes adolescentes e todos os outros homens.

Estas imagens de crianças de outros países que precisam de protecção confirmam o mito americano da criança inocente: são demasiado novas para serem mais do que vítimas. Mas também confirmam a excepcionalidade americana. Mesmo na torrente de estórias sobre os problemas das crianças americanas, o tom geral da maioria das peças é de que essas crianças são uma aberração: ‘Como pode isto ter acontecido?’ Por contraste, as imagens de crianças que chegam da Ásia, de África ou das Balcãs são consideradas genéricas, aplicáveis a toda a sociedade, mesmo a toda a região.

A criança como vítima



Em peças envolvendo directamente crianças, a criminalidade é, juntamente com questões relacionadas com educação, um dos tópicos dominantes encontrados em estudos de vários países (Rodriguez, 1989; Kunkel et al, 1999; Goonasekera, 2001). Por exemplo, um estudo tailandês sobre a cobertura jornalística das crianças nas primeiras páginas dos jornais (Siriuyvasak, U., & Vivattanankulul, M., 2001) mostrava-as como vítimas de situações de enorme violência, como o abuso sexual (em primeiro lugar destacado), maus tratos, abandono, suicídio, assassinato ou acidente, num registo sensacionalista nos seus títulos, *leads* e fotografias.

A dificuldade em tratar a violência sobre crianças num quadro alternativo é bem patente na constatação dos relatórios da ANDI brasileira sobre os principais títulos de imprensa do país. Este tópico ocupa a terceira posição em 1999 (a seguir a educação e direitos e justiça) e engloba itens como roubos, furtos, assassinatos e maus-tratos que envolvem a criança como vítima e como delinquente. É entre todas as 16 categorias do estudo da ANDI a que apresenta o menor índice de peças com busca de soluções (12,5%). Numa das escassas referências ao discurso jornalístico dessas peças, o relatório de 1999 acentuava uma cobertura contraditória por parte dos media:

‘Quando crianças e adolescentes são vítimas, aparecem nos jornais e revistas como vítimas da crise social. Quando o jovem passa de vítima a agente da violência é tratado meramente como criminoso, sem se levar em consideração o contexto em que vive e do qual também é um produto.’

Apresentamos aqui outras variantes da ‘criança vítima’, dando conta da sua construção na esfera doméstica e fora dela (como desaparecida, maltratada, doente, mártir, explorada comercialmente).

A *criança desaparecida* é um tema perene no imaginário popular como na literatura, em raptos e outras formas que constroem a ideia da insegurança e da ameaça do desconhecido. Desaparecimentos de crianças são frequentemente notícia, muito mais do que o seu aparecimento posterior. A lógica da notícia orientada para o evento singular e o privilégio das fontes policiais contribuem para a configuração deste problema mais pela repetição de situações aparentemente semelhantes do que pela sua diversidade.

Este é mesmo o principal tema de notícias sobre crianças nos jornais nacionais de maior circulação no Bangladesh, que pouco cobrem este grupo social (Khan, 2001:



32). Notícias de raptos e sequestros para pagamentos de resgate, exportação ou exploração como mendigos são apresentados sem comentários (como ‘registos’) ou quanto muito dizendo que o governo não está a fazer o suficiente. Nos Estados Unidos, notam Fritz e Altheide (1987) na cobertura de crianças desaparecidas, a configuração da questão é valorizada pelo número, numa lógica construtora do risco público, mais do que da complexidade e diversidade da sua natureza. Muitas vezes, os desaparecimentos resultam de disputas de guarda por parte dos progenitores em conflito. Outras vezes, a criança desaparecida é a *criança em fuga*, fugindo de maus tratos familiares.

Na edição da notícia do desaparecimento estes aspectos são ignorados, criança e família são identificados e vêm para a praça pública, com uma publicitação de conflitos na esfera doméstica que se substitui à mediação de serviços de assistência social. São eventos que não têm na sua *singularidade* uma dimensão pública mas que são construídos publicamente pela sua proximidade com outras histórias e a sua carga dramática. Exemplos de um jornalismo agressivo comercialmente, têm surgido em formatos mistos de informação-entretenimento e que se reivindica mesmo por vezes de ‘investigativo’. Monserrat Quesada (1996) refere a ausência de mediação jornalística em programas televisivos em directo, onde se colocam frente a frente pais em busca dos seus filhos desaparecidos e estes acusando aqueles de maus tratos que os levaram a fugir de casa e afirma:

É o estrito interesse humano que sustenta com grande sucesso a denúncia destes casos pessoais, com ausência de tratamento da situação pelo seu interesse público como problemática social. Seria diferente se se denunciasse por exemplo a existência de redes mafiosas que sequestram menores ou que se dedicam ao tráfico humano (...) ou a ineficácia e o mau funcionamento dos organismos competentes em cada caso, sobretudo quando os procurados são menores.

Bastante recentes são as notícias sobre maus tratos na esfera doméstica. Datam dos anos 60 as primeiras notícias sobre maus tratos na família na imprensa norte-americana, comentadas no estudo de agenda-setting de Barbara Nelson (1984). Como outras matérias, estas são questões cruzadas inevitavelmente pela variável género. Assim, no tratamento jornalístico dos maus tratos a crianças, a excitação especial do desvio maioritariamente cometido por mulheres terá contribuído para a sua durabilidade como soft news, em páginas destinados a leitoras. Eram notícias apresentadas como



estórias de mulheres não-naturais, que não amavam nem protegiam adequadamente os seus filhos, mulheres que achavam pouca compensadora a sua actividade de mães. Eram assim estórias do insólito na suposição ideológica de uma natural disponibilidade para as funções maternas por parte das mulheres. São estórias exemplares pela negativa, de profundo significado político e moral.

No Reino Unido este início de notícias sobre estes maus tratos é identificado mais tarde. Foi a partir dos anos 70 que os media noticiosos britânicos começaram a cobrir mortes e maus tratos de crianças em contexto familiar, que apresentam particularidades difíceis de contornar. Este contexto divergia do arquétipo mediático sobre estórias de crime como parte de uma grande narrativa da sociedade em declínio, com os valores tradicionais e instituições em colapso e o espaço familiar como refúgio. Como resolução deste dilema os media ingleses recorreram à patologização de famílias *falhadas* ou *desviantes*, formas adequadas à representação de violação da disciplina e da ordem, à circunscrição da notícia a casos mais dramáticos e à ênfase em situações de abuso físico ou sexual fora das famílias, cometidas por indivíduos exteriores à família (Davis e Bourhill, 1997; Kitzinger, 1999).

A cobertura da violência familiar, em particular nos tablóides, processou-se dentro da invisibilidade da violência quotidiana dos adultos sobre as crianças. Ou seja, foi apresentada como casos singulares, com omissão de factores sociais, materiais ou culturais, com recurso a uma adjectivação pejorativa do criminoso e descontextualização da família (Davis e Bourhill). Notam ainda estes autores as diferenças dessa violência: enquanto os maus tratos físicos podem ser enquadrados como casos extremos de exercício da autoridade e da disciplina na família, não questionável em si, os abusos sexuais ocorridos em família geram ansiedade pela imagem subversiva de relações entre os seus membros.

O abuso sexual na esfera doméstica adquiriu visibilidade a partir de movimentos de protecção à criança e de denúncias de feministas, nos anos 70, sobre violência e violações sobre mulheres e crianças, que surgiram assim como promotores deste tema público até aí na esfera privada. No Reino Unido, nos anos 80 o abuso sexual de crianças tornou-se matéria com noticiabilidade a partir de um programa de televisão a



cargo de uma profissional relacionada com uma associação de apoio a crianças. O enquadramento mostrava-as, em particular as raparigas, como vítimas inocentes de comportamentos agressivos especificamente masculinos, enquadramento ideológico que suscitou críticas a Kitzinger (1988). A ideia da *criança inocente* que perde a sua inocência ao ser abusada sexualmente pode contribuir para um foco fetichista, ao construir a criança como uma mercadoria sexual que estimula agradavelmente abusadores; por outro lado, estigmatiza a *criança conhecedora*, servindo de possível desculpa para abusos e construindo-a também como *criança disponível*.

Por seu lado, nos Estados Unidos o tratamento mediático (muito dele jornalístico) dos abusos tem sido a sua transformação de *problema social* para *espectáculo social*. Enquanto morrem diariamente centenas de crianças vítimas de maus tratos e de negligência, os media viram-se para crimes espectaculares. É dada mais atenção a crianças das classes altas e médias do que a crianças das classes populares, mais vulneráveis e mais sujeitas a situações correntes de abandono e de negligência (Costin et al, in Goddard, 1996).

A criança *vítima de doenças*, associada à sua construção de ser frágil e inocente e a todo o imaginário religioso de sacrifício é também convocada nas notícias relativas a saúde. Crianças *salvas* pela ciência ou que se curam em *estórias-milagre* constituem matéria noticiada nas páginas de saúde, num misto que não deixa de nos evocar a renovação da confiança na ciência como na comiseração divina (*ao menino e ao borracho...*). Pelos seus atributos, constituem também ‘os melhores doentes’, os que conseguem captar mais sentimentos como solidariedade e compaixão.

Na cobertura mediática da SIDA, reconhecemos o papel de Nkosi Johnson na Conferência de Durban, em 2000, como esta *criança bandeira* circulou pelos canais informativos de todo o mundo. Nota Lupton (1994) na sua análise à cobertura jornalística desta problemática na imprensa australiana do ano de 1990, que tópicos sobre casos de crianças com SIDA receberam maior atenção que casos de homens homossexuais, que este tópico alastrou do registo da notícia ao texto de editorial. O seu tom era também mais compassivo, numa forte propensão para reforçar distinções entre *inocentes e culpados*, particularmente visível nos títulos.



A *criança explorada comercialmente* é outro terreno para notícias sobre a criança vítima. O uso de imagens das crianças vítimas em primeira página, como prova documental da sua existência e situação, é apresentado criticamente por investigadores paquistaneses (Gilani, 1999; Sadozai, 2000). Reforçando a ideia da *faca de dois gumes* nesta cobertura, Sadozai nota esse papel dual nos media noticiosos do país: por um lado, apresentam informação relacionada com questões de maus tratos, por outro manipulam esta informação em seu próprio benefício, ‘caçando e explorando’ a vítima, muitas vezes apresentando imagens distorcidas, especialmente se a vítima for feminina. Como escreve Sadozai, numa cultura em que a honra feminina é definida em termos da sua sexualidade, notícias como estas podem arruinar a sua vida, tornando-a potencialmente vítima de novos abusos.

Questões éticas, deontológicas e organizacionais

Com frequência, o interesse humano, o apelo emocional e a concorrência constituem-se como argumentos decisivos nos processos de selecção destas notícias, enquanto os valores profissionais (de *rigor* e *factualidade* como forma de assegurar a *credibilidade* da informação para o leitor) são reivindicados como decisivos na sua construção.

A maioria dos jornalistas entrevistados no estudo tailandês comentava que o seu trabalho de rotina ofuscava o sentido das proporções. Estavam tão habituados a estórias e imagens violentas que nada lhes achavam de estranho. Quando eram consideradas publicáveis, ‘puxavam’ pela fotografia mais dramática ou pelo ângulo mais negativo, para chamarem a atenção da audiência. Consideram os investigadores tailandeses que a racionalidade subjacente que sustém e dá conta do impacto social dos valores-notícia é a disputa de mercado mas que vários factores organizacionais contribuem para este processo de selecção. Primeiro, as estórias sobre abuso e morte de crianças vêm da editoria do crime, tanto nos jornais como na televisão, e são há muito tema de primeira página na imprensa do país, tanto de referência como popular. Em segundo lugar, a concorrência na indústria jornalística pressiona os editores a seleccionarem os ‘maiores’ crimes para a primeira página. Por fim, as principais fontes de informação estão na



capital. Esta centralização de todo o sistema contribui para uma imagem distorcida centrada na metrópole de Bangkok, registam.

Noutras latitudes, os problemas deontológicos e organizacionais não variam muito deste cenário. Nos Estados Unidos, o espírito de cruzada de muitos jornais trouxe para as primeiras páginas, no ano de 1993, a denúncia de crimes envolvendo crianças. Em balanço, considerou-se não ter ido além de uma espectacularização acompanhada por distorção entre essa cobertura e os valores estatísticos dessa criminalidade. Do jornalismo de cruzada sobressaiu uma escrita unidimensional e apresentação hegemónica de crianças e adolescentes ou como vítimas ou como loucos criminosos. Este jornalismo não conseguiu ir além dos parâmetros tradicionais usados nas notícias de política, de crime ou de desporto. O sensacionalismo nos títulos e fotos, o puro registo jornalístico de factos descontextualizados e o desvio como critério de noticiabilidade marcaram a cobertura deste grupo social (Trost, 1996).

Contudo encontramos a convocação dos jornalistas a partir da responsabilidade social da sua actividade de mediadores e de que damos conta no nosso estudo (Ponte, 2002b). Destacamos preocupações de ordem deontológica quanto às particularidades que este grupo social suscita, em documentos da FIJ como *Journalism 2000: Child Rights and the Media*, ou no Guião feito em conjunto com a UNICEF e aprovado pelos seus jornalistas, com orientações para coberturas jornalísticas de temas decorrentes dos Direitos da Criança, com preocupações de ordem deontológica. Assinalamos também múltiplas reflexões encontradas na Net por parte de formadores de jornalistas e de editores e organizações não-governamentais no terreno, dos Estados Unidos ao Brasil ou à Indonésia. Pode-se dizer que começa a existir alguma preocupação com a cobertura deste campo social mas que os seus efeitos custam a fazer-se sentir na estrutura organizacional dos jornais.

A este respeito, o trabalho da Agência Nacional dos Direitos da Infância (ANDI) constitui exemplo de um esforço de influência por parte da sociedade organizada (neste caso, numa ong) no sentido de sensibilizar jornalistas, colocar os problemas dos mais novos dentro da sociedade e alargar o debate público além da denúncia e do conformismo.



Conclusões

As questões das crianças e as formas como vivem as suas infâncias só muito recentemente adquiriram dimensão pública. A sua carga simbólica pesa em particular, com a ideologia ocidental eivada de romantismo a privilegiar a sua construção como seres frágeis e inocentes. Quanto essa imagem não encontra correspondência com a figura real, ou se ignora esta ou é diabolizada como ‘não-criança’.

Neste como noutros campos do social, a pressão acentuada da concorrência, a espectacularização com investimento gráfico acompanhado da redução dos textos, a informação mínima descontextualizada, a lógica do audiovisual (ritmo, colorido, variedade, personalização) a penetrar no registo da imprensa, o insuficiente conhecimento do campo social por parte de jornalistas com dependência de canais de rotina na recolha de informação (fontes oficiais, entre elas as policiais), o conformismo nas formas de fazer notícia satisfazendo a fragmentação de acontecimentos em esferas isoladas (por exemplo, domínio neste campo da editoria do ‘crime’) são aspectos que percorrem a cobertura de imprensa deste campo e que encontramos em várias latitudes, dos Estados Unidos à Tailândia.

Esta sumária revisão da cobertura noticiosa de crianças na imprensa mundial deu conta assim de uma hegemonia que constata a expansão dos ideais e das práticas de profissão do jornalismo anglo-americano dentro e fora das suas fronteiras geográficas. Encontramos resquícios de um ideal ‘moderno’ de profissão na reivindicação de que ‘factos são factos’, da capacidade profissional de ‘reconhecer a noticiabilidade’, apaladada ainda pelo primado do direito à informação sobre o direito à privacidade. Tal acontece a par do alastramento da crescente perspectiva comercial da notícia e da preocupação com os estudos de mercados e os ‘interesses dos leitores’. Contudo, contrariando essa representação da factualidade, procurámos mostrar que existem ‘escolhas’, providas de sentido ideológico, quanto ao que aparece e como aparece.

Os dados de que sumariamente demos conta, do trabalho da ANDI aos textos da FIJ, servem para contrapormos a uma conclusão fechada e determinística sobre ‘o jornalismo’ a ideia do confronto entre a hegemonia do modelo dominante e a possibilidade de resistência (nas redacções, nos promotores, no público) a esse modelo.



Esse confronto realiza-se na escolha entre uma dimensão espectacular mas de baixo valor acrescentado, e uma dimensão informativa que se alarga ao comentário e à contextualização, não ignorando a necessidade de ‘chegar ao leitor comum’.

Não existindo fora do mercado, na complexidade crescente da sociedade contemporânea, o jornalismo impresso, por natureza mais reflexivo e distanciado, vive um desafio entre estreitar-se e seguir a lógica de espectáculo e emoção fragmentada do audiovisual, ou esforçar-se para se aproximar dos leitores e da agenda social enquadrando acontecimentos e proporcionando um conhecimento mais substantivo sobre o mundo. Porque ‘as notícias não são um negócio qualquer’, consideramos também a sua responsabilidade social e nelas incluímos as notícias sobre os mais novos.

Bibliografia:

- ANDI (1999). Pesquisa ANDI, *Infância na Media, Denúncia de Omissões*. Brasília: ANDI
- ANDI. (2000). *Infância na Mídia*. Brasília: ANDI.
- Davies, H., & Bourhill, M. (1997). ‘Crisis’: the Demonization of Children and Young People. In P. Scraton (Ed.), ‘*Childhood*’ in ‘*Crisis*’ (pp. 28-57). London: UCL.
- Fritz, N., & Altheide, D. (1987). The Mass Media and the Social Construction of the Missing Children Problem. *The Sociological Quarterly*, 28(4), 473-492.
- Gilani, M. M. (1999). Children and Media in Pakistan. In C. v. Feilitzen & U. Carlsson (Eds.), *Children and Media. Image, Education, Participation* (pp. 87-94). Goteborg: The UNESCO International Clearinghouse on Children and Violence on the Screen.
- Goddard, C. (1996) (ed) *Child Abuse Review*, 5, 301-309.
- Goonasekera, A. (2001). Children in the News. *Reporting of Children's Issues in Television and the Press in Asia*. Singapore: AMCR
- Holland, P. (1992). *What is a Child? Popular Images of Childhood*. London: Virago Press.
- Khan, N. (2001). Reporting about Children's in Bangladesh. In A. Goonasekera (Ed.), *Children in the News. Reporting of Children's Issues in Television and the Press in Asia* (pp. 23-46). Singapore.
- Kitzinger, J. (1988). Defending Innocence: Ideologies of Childhood. *Feminist Review*, 28, 77-87.
- Kitzinger, J. (1999). The Ultimate Neighbour from Hell? In B. Franklin (Ed.), *Social Policy, the Media and Misrepresentation* (pp. 207-221). London: Routledge.
- Kunkel, D., Rollin, E., & Biely, E. (1999). *The News Media's Picture of Children: a Five Year Update and a Focus on Diversity*. Seattle: Children Now.
- Lupton, D. (1994). *Moral Threats and Dangerous Desires. AIDS in the News Media*. Hong Kong: Taylor & Francis.
- Moeller, S. (1999). *Compassion Fatigue. How the Media Sell Disease, Famine, War and Death*. New York: Routledge.



INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002

- Moeller, S. (2002). A Hierarchy of Innocence. The Media's Use of Children in the Telling of International News. *Press/Politics*, 7(1), 36-56.
- Nelson, B. (1984). Making an Issue of Child Abuse. In D. Protesse & M. McCombs (Eds.), *Agenda Setting. Readings on Media, Public Opinion and Policymaking* (pp. 161-170). Hillsdale: Lawrence Erlbaum Associates.
- Ponte, C. (2002a). Children in Portuguese Newspapers - Two International Perspectives. *News from ICCVOS*, 1, 4-5.
- Ponte, C. (2002b). *Quando as crianças são notícia. Contributo para o estudo da noticiabilidade na imprensa escrita de informação geral (1970-2000)*. Tese de Doutoramento, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.
- Quesada, M. (1996). *Los Tópicos del Periodismo de Investigación*. Comunicação nos Estudios de Periodística IV, Pontevedra.
- Rodriguez, J. (1989). *La Infancia y la Prensa*. Comunicação ao I Congreso International Infancia y Sociedad, Madrid.
- Siriyuvasak, U., & Vivattanankulul, M. (2001). Portrayal of Children in the News: Thailand. In A. Goonasekera (Ed.), *Children in the News*.
- Sadozai, A. (2000). Exploiting Children through Print Media in Pakistan. *News from ICCVOS*, 1-2000, 24.
- Trost, C. (1996). From Unseen and Unheard to Kidsbeat. In E. Dennis & E. C. Pease (Eds.), *Children and the Media* (pp. 47-). New Brunswick: Transaction Publishers.
- Documentos on-line da Federação Internacional de Jornalistas:
<http://www.ifj.org/working/issues/children/recife.html> – Documentos aprovados no Encontro do Recife, 1998
<http://www.ifj.org/working/issues/children/children.html> – Guião para cobertura de matérias ligadas aos direitos da criança